

Presidente do Senado diz que não faz sentido "para um país que se pretende de primeiro mundo ter um salário mínimo de quarto mundo"

## Renan quer política para recuperar mínimo



Renan e o presidente da Câmara, Aldo Rebelo (C), comparam carrinhos de compras exibidos pelas lideranças sindicais

O presidente do Senado, Renan Calheiros, defendeu ontem um esforço para aprovar uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, mas afirmou que não queria discutir valores. Renan fez essa observação logo depois de receber representantes da 2ª Marcha em Defesa do Salário Mínimo, organizada pelas centrais sindicais. Indagado sobre o encolhimento do PIB em 1,2% no trimestre, disse acreditar que o governo errou na política de juros. **Página 3**

### Congresso pode trabalhar no recesso

A autoconvocação do Congresso durante o recesso parlamentar, em razão do trabalho realizado pelas CPIs, foi considerada inevitável pelo presidente do Senado. Renan Calheiros ressaltou que é contra o pagamento de salário extra aos parlamentares pela atividade nesse período. **Página 3**

## Prioridade no atendimento aos idosos em hospitais

Projeto do senador Paulo Paim aprovado ontem pela Comissão de Direitos Humanos garante prioridade no atendimento em hospitais a idosos, pessoas com deficiência, gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo. Ao justificar sua proposta, Paim observou que os idosos são

cada vez mais desrespeitados e passam por situações constrangedoras quando vão aos hospitais. O presidente da comissão, Cristovam Buarque, anunciou que irá propor ao presidente do Senado a criação de uma comissão especial para debater a assistência aos usuários de drogas. **Página 2**

### Câmara cassa Dirceu por 293 votos a 192

A Câmara dos Deputados cassou o mandato do deputado José Dirceu por quebra de decoro parlamentar. O anúncio da decisão foi feito pouco depois da meia-noite pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo. O parecer do Conselho de Ética recomendando a perda do mandato do ex-ministro da Casa Civil foi acolhido por 293 deputados. Votaram contra a cassação 192. Foi uma longa sessão, iniciada às 19h5. Em sua defesa, Dirceu afirmou que jamais deixou de determinar a apuração de irregularidades quando ministro da Casa Civil. Disse que não queria clemência, e sim justiça.



Aloizio Mercadante (de pé) conversa com Rodolpho Tourinho na reunião da CCJ

## Dívida de serviço público pode prescrever em um ano

Poderá cair de cinco anos para um ano o prazo de prescrição para a cobrança de dívidas oriundas de serviços públicos, urbanos e rurais. Projeto nesse sentido, de autoria do senador César Borges, foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. A CCJ acolheu ainda, entre outras, proposta de Aloizio

Mercadante segundo a qual os medicamentos essenciais ao tratamento de pessoas carentes passarão a ser distribuídos gratuitamente pelas farmácias comerciais, cabendo ao SUS fazer o ressarcimento. Já o projeto que recria a Sudene recebeu parecer favorável de Tasso Jereissati e deverá ser votado quarta-feira. **Página 7**

### Remédio contra Aids para brasileiro que vive no exterior

Os parlamentares da CPI Mista da Emigração Ilegal vão solicitar ao ministro da Saúde, Saraiva Felipe, a distribuição gratuita do coquetel de medicamentos utilizado no tratamento da Aids também para os brasileiros residentes no exterior. **Página 4**



Sérgio Cabral exige medidas duras por parte das forças de segurança pública

### Sérgio Cabral pede rigor contra traficantes no Rio

"O povo do Rio não agüenta mais isso." A afirmação é do senador Sérgio Cabral, ao classificar como terrorismo o ataque a um ônibus realizado na terça-feira. **Página 5**



Marcelo Crivella (E), ao lado do deputado João Magno, preside reunião da CPI

Projeto de Paim, aprovado pela CDH, também garante direito às pessoas com deficiência, gestantes e lactantes

## Idosos poderão ter prioridade em hospital

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem, em turno suplementar, projeto de autoria do senador Paulo Paim (PT-RS) para garantir prioridade aos idosos e portadores de deficiência no atendimento em hospitais. As gestantes, lactantes e pessoas acompanhadas de crianças de colo também terão direito à assistência prioritária.

Para estender esse atendimento a todas as instituições de saúde, inclusive clínicas de exames ambulatoriais, a proposta (PLS 181/03) foi aprovada na forma do substitutivo do relator Flexa

Ribeiro (PSDB-PA). O projeto ampliou a abrangência da lei 10.048/00, que criou essa prioridade em repartições públicas, empresas concessionárias e instituições financeiras.

Paim afirmou, na justificativa, que é notório que as pessoas idosas são desrespeitadas cada vez mais e passam por situações constrangedoras quando vão aos hospitais. Na mesma reunião foi aprovado requerimento, também do senador Paim, para a realização de audiência pública no dia 14 de dezembro, no sentido de debater as demarcações das terras indígenas Krahô/Kanela.

## Apoio a usuário de droga em debate

O presidente da CDH, senador Cristovam Buarque (PDT-DF), anunciou que irá sugerir ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a criação de uma comissão especial para discutir a assistência aos usuários de drogas. O debate sobre essa questão, proposto por Paulo Paim (PT-RS), com apoio de Romeu Tuma (PFL-SP) e Reginaldo Duarte (PSDB-CE), deverá incluir mais três comissões: Assuntos Sociais; Constituição, Justiça e Cidadania; e Educação.

Cristovam argumenta que grande parte das famílias brasileiras enfrenta o problema sem o devido e necessário apoio da rede de saúde pública. Na opinião de Paim, o efeito das drogas na po-



Gerardo Magela

**Cristovam sugere criação de comissão especial para discutir o problema**

pulação brasileira, especialmente na juventude, é uma ameaça à saúde e ao bem-estar da sociedade brasileira.

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

### Plenário examina crédito para ministérios da Previdência Social e Saúde

O Senado realiza sessão deliberativa, às 14h. A pauta está bloqueada pela Medida Provisória 261/05, que libera recursos para os ministérios da Previdência Social e da Saúde, no valor global de R\$ 2,1 bilhões.

Se aprovada, os parlamentares podem analisar ainda a proposta de emenda constitucional que obriga a presença do presidente da República na sessão de abertura de cada ano legislativo.

### Nova tentativa de votar relatórios da CPI dos Correios

A CPI dos Correios se reúne às 11h para tentar votar os relatórios parciais de Contratos, sobre a Skymaster, e de Fontes Financeiras, sobre os empréstimos de Marcos Valério. O documento sobre o valerioduto é alvo de impasse

entre tucanos e petistas, que querem a inclusão, no texto, do esquema montado pelo empresário para o PSDB nas eleições mineiras de 1998. Além disso, os parlamentares tentam retomar a votação dos requerimentos.



### CPI dos Bingos ouve assessor da Casa Civil

Às 10h30, a CPI dos Bingos ouve o subchefe adjunto de Ação Governamental da Casa Civil, Ademar Torres, ligado à renovação do contrato da americana GTech

com a Caixa Econômica Federal. Diretor da Caixa antes de trabalhar no Planalto, foi apontado como um dos responsáveis pelo aumento das tarifas da GTech.



### Inclusão social para moradores de rua

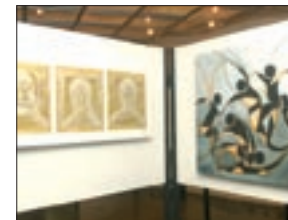
Em reunião marcada para as 9h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar proposições que autorizam o Executivo a criar o Programa Nacional de Inclusão

Social da População de Rua. Outra proposta da pauta vincula o regime da Consolidação das Leis do Trabalho a contratação de Agentes Comunitários de Saúde.

### Arte indiana em exposição no Senado

O Espaço Cultural Ivandro Cunha Lima expõe durante esta semana telas da artista plástica indiana Shanta Rathie. A mostra *De tudo um pouco* reúne 31 telas que já foram exibidas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e nos ministérios da

Fazenda, da Justiça e da Marinha. Shanta Rathie já foi premiada no 30º Salão de Brasília, quando recebeu uma menção especial do Comando do 7º Distrito Naval pelo conjunto de seu trabalho.



### Novos embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) reúne-se às 9h30 para votar indicações de diplomatas para as chefias das embaixadas brasileiras na Nigéria, nas repúblicas do Níger, do Chade e de Benin; e na missão diplomática do Brasil em São Tomé e Príncipe.

### Líderes discutem o Orçamento

Às 10h, a Comissão Mista de Orçamento (CMO) reúne os líderes partidários para tratar do projeto da lei orçamentária para o próximo exercício. Logo após examina projetos que prevêem a abertura de créditos extraordinários aos orçamentos de vários órgãos do Executivo.

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros

**1º Vice-Presidente:** Tião Viana

**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros

**1º Secretário:** Efraim Morais

**2º Secretário:** João Alberto Souza

**3º Secretário:** Paulo Octávio

**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos

**Suplentes de Secretário:** Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia

**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

### COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg

**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios

**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333

**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim

**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

### AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

**Chefia de reportagem:** Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

**Edição:** Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

**Site:** [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br) - **E-mail:** [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
**Tel.:** 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

### PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Tião Viana, João Alberto Souza, Edison Lobão e Gilberto Goellner



Jean de Gliniasty (E) conversa com Renan Calheiros sobre a crise política

## Embaixador francês diz que mundo acompanha situação brasileira

O embaixador da França, Jean de Gliniasty, foi recebido ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, com quem conversou sobre a crise política. O embaixador disse que o mundo todo assiste à crise brasileira e não está acostumado a ver o desdobramento de investigações pela televisão, como é feito no Brasil, mediante a transmissão ao vivo dos trabalhos das comissões parlamentares de inquérito.

Renan afirmou ao embaixador que as irregularidades que suscitaram as investigações têm entre seus principais acusados deputados e não senadores. Também explicou que as investigações são exigência da sociedade e que divulgá-las pela televisão significa fornecer maior transparência ao trabalho legislativo e que tudo isso só tem contribuído para fortalecer a democracia brasileira.

O presidente do Senado falou da reforma política, observando que este é um dos principais resultados a serem produzidos por essa crise. Esclareceu ainda que as duas Casas do Congresso não paralisaram seu trabalho legislativo em razão das investigações.

## Presidente do Senado considera inevitável a convocação do Congresso

Apesar de afirmar não haver nada decidido, Renan Calheiros considerou inevitável a autoconvocação do Congresso durante o recesso, em razão do trabalho realizado pelas comissões parlamentares de inquérito. Ele assegurou que, caso essa convocação aconteça, será sem custos para o poder público e sem pagamento de *jetons* a parlamentares.

– Acho que essa convocação é inevitável. As respostas precisam ser dadas. As investigações das CPIs precisam continuar, e a única maneira de concretizar isso é fazendo a convocação do Congresso. Não sou contra a

Na ocasião, Jean de Gliniasty pediu que a Casa vote logo o acordo Brasil-França sobre a venda de aviões *Mirage*, documento que, para entrar em vigor, precisa ser ratificado pelos senadores.

### Ecad

Renan Calheiros recebeu ontem o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) e representantes do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad). Segundo Crivella, o objetivo da reunião foi compartilhar com Renan a preocupação dos artistas com projeto de lei (532/03) que modifica a forma de pagamento de direitos autorais devidos pelos exibidores de filmes. Crivella afirmou que o presidente do Senado se comprometeu a estudar o assunto.

A proposta, de autoria do senador João Capiberibe (PSB-AP) e em exame na Comissão de Educação (CE), pretende solucionar conflito entre o Ecad e os exibidores. A entidade deseja cobrar direitos autorais sobre as músicas tocadas nos filmes, com o que os exibidores não concordam. O projeto desobriga os exibidores de realizar esse pagamento, segundo Crivella.

convocação. Acho que ela deve existir para que tenhamos o aprofundamento das investigações e, por meio delas, dar as respostas que a sociedade continua a cobrar, mas entendo que a convocação deve acontecer apenas nessa situação – ressaltou.

Renan esclareceu que é contra o pagamento de *jeton*. “Da mesma forma que fui contra o aumento dos salários dos deputados, sou contra o pagamento de *jeton* no período da convocação”, sustentou, lembrando que há precedentes sobre a autoconvocação do Congresso sem custos para o erário.

“Não faz sentido para um país que se pretende de primeiro mundo ter um salário mínimo de quarto mundo”, resalta o presidente do Senado

## Renan defende política para recuperar salário mínimo

Junto com o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebeu, na manhã de ontem, representantes da 2ª Marcha em Defesa do Salário Mínimo, organizada pelas centrais sindicais. Ao lado de dois carrinhos de supermercado, um contendo compras pagas com um salário de R\$ 321 e outro contendo mercadorias adquiridas com R\$ 400, os líderes das centrais tentaram mostrar ao Congresso o ganho que os trabalhadores terão se o reajuste for maior.

Encerrado o encontro com os líderes, o presidente do Senado deu entrevista dizendo não haver sentido “para um país que se pretende de primeiro mundo ter um salário mínimo de quarto mundo”. Renan defendeu um esforço para aprovar uma política de recuperação do poder de compra do salário mínimo, mas disse que não queria discutir valores.

– Não gostaria de discutir um número. Entendo que devemos aprovar o maior salário mínimo e entendo por maior salário

mínimo aquele que a economia possa pagar.

O presidente do Senado observou que a última pesquisa por amostra de domicílios realizada no país demonstra que a melhor maneira de distribuir renda no Brasil é compatibilizando o salário mínimo com o ganho real e com uma inflação controlada.

Renan afirmou que essa é a hora de adotar-se uma política consequente, capaz de “apontar

no rumo da recuperação do poder de compra do trabalhador”. E ressaltou que o momento é também ideal por ser a ocasião em que o Congresso vota o Orçamento e define os recursos

existentes para sustentar esse salário.

– Eu defendo também que, paralelamente à definição de uma política para recuperação do poder de compra, nós fizéssemos a desoneração do ICMS dos produtos da cesta básica, porque isso vai dar elevação superior a 20% no poder de compra dos menores salários. Então, se tivermos as duas coisas, uma política para recuperação do poder de compra

e a desoneração dos produtos da cesta básica, nós vamos distribuir melhor a renda no Brasil.

Indagado sobre o encolhimento do PIB em 1,2% no trimestre, o presidente do Senado se disse preocupado.

Questionado sobre a que atribuir a queda, Renan disse que “erraram na mão”. “Acho que a crise pode ter tido influência, mas uma influência mínima. Acho que o pessoal errou na mão e precisamos mais que nunca fazer uma sintonia. Não defendo a ganância desenfreada e irresponsável. Acho que o pior preço que temos que pagar é a imprevidência fiscal. Mas entendo que dá para fazer uma sintonia, sim, encontrar um ponto de equilíbrio entre a necessidade de fazer o ajuste e fazer os investimentos que a economia precisa para crescer.”

Para Renan, o erro do governo foi sobretudo na política de juros. “O Brasil sempre cresceu economicamente, sempre teve o crescimento econômico como sua principal vocação. Durante 50 anos, o Brasil foi o país que mais cresceu no mundo. Temos que retomar essa vocação e criar um ambiente mais propício ao crescimento econômico.”

**“Temos que retomar nossa vocação e criar um ambiente mais propício ao crescimento econômico”**

## Lançado documentário sobre Castelinho, o jornalista

O presidente do Senado lançou ontem o documentário *Carlos Castello Branco, o Jornalista*, produzido pela TV Senado e que estreará amanhã, às 22h30, no programa *Senado Documentário*. A solenidade contou com a presença do neto do jornalista, Carlos Mateus da Costa Castello Branco, dos senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Heráclito Fortes (PFL-PI), e de jornalistas que conviveram com Castelinho, como Rubem Azevedo Lima, Helio Doyle, Gilberto Amaral e Fernando César Mesquita.

– A Coluna do Castello, no *Jornal do Brasil*, era leitura obrigatória para todos nós, para todos os que queriam pensar o país, que sonhavam e buscavam um rumo mais justo e mais democrático para o Brasil – lembrou o presidente do Senado.

Carlos Castello Branco, disse



Renan (E), Castello Branco, Heráclito Fortes, Arnon Bezerra e Armando Rollemberg

o senador, “registrou como ninguém os anos mais negros do período autoritário e o processo de democratização do país”.

– Ele alimentava o cenário político com informações exclusivas e análises sempre lúcidas e precisas. Incomodava os poderosos e estava sempre na lista dos perseguidos políticos, na época

da repressão – recordou Renan.

O documentário foi elaborado a partir de uma série de entrevistas feitas pelo jornalista Carlos Chagas e filmadas pelo cineasta Pedro Jorge de Castro entre 1979 e 1982. O documentário também conta com depoimentos de políticos e jornalistas, além de material do acervo da família.



Segundo Zambiasi, tratados legalizam situação de brasileiros e argentinos da fronteira

## Zambiasi elogia acordos com a Argentina

Sérgio Zambiasi (PTB-RS) registrou a assinatura ontem do Compromisso de Puerto Iguazu, entre Brasil e Argentina, que reafirma a parceria entre os dois países, fundamental para a região.

O senador mencionou também a assinatura de acordos sobre migração e cooperação fronteiriça; segurança e saúde dos trabalhadores; e energia, agricultura, telecomunicações, transporte, esportes e cultura, informando que o Parlamento do Mercosul começa a funcionar no fim de 2006, em Montevidéu.



Heloísa elogia premiado documentário *O poeta e o capitão*, de Jorge Oliveira

## Heloísa Helena homenageia diretor de filme

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) homenageou Jorge Oliveira, que recebeu a “menção honrosa” no Festival de Brasília do Cinema Brasileiro pela direção do filme *O poeta e o capitão*, documentário sobre o encontro entre Luiz Carlos Prestes e o poeta Pablo Neruda, em 1945.

– É uma história belíssima – declarou a senadora.

Heloísa lembrou que Jorge Oliveira criticou a falta de financiamento governamental a filmes que promovam o resgate da história brasileira.

Para Efraim Morais e Garibaldi Alves, depoimentos dos promotores e da delegada não deixam dúvidas de que o seqüestro e assassinato do ex-prefeito de Santo André foi encomendado

# Promotores reforçam versão de crime de mando na morte de Celso Daniel

Após a reunião de ontem da CPI dos Bingos, o presidente do colegiado, Efraim Morais (PFL-PB), e o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), disseram estar convencidos de que o assassinato de Celso Daniel foi realmente um crime encomendado. A versão de crime de mando foi mantida pelos três depoentes, os promotores de Justiça Roberto Winder Filho e Amaro José Thomé Filho, e a delegada Elisabeth Satto.

– A delegada mostrou toda uma linha de investigação que será seguida. Eles sustentam que o crime foi planejado e que havia um esquema de corrupção – disse Garibaldi, ao informar que seu relatório parcial deve ser divulgado em 15 de dezembro.

O presidente da CPI também elogiou o trabalho dos depoentes. Para Efraim, a delegada e os promotores estão “conscientes do que estão fazendo”.

Durante o depoimento, Winder afirmou que foram detectadas “falhas gritantes” na primeira investigação do crime. O seqüestro de Celso Daniel



Ótima de Amaro Thomé (E) e Roberto Winder é acompanhada por Efraim, Garibaldi e Mozarildo

foi incomum, observou, e surgiram contradições nos depoimentos. Ele assinalou que há provas seguras, testemunhais e documentais que atestam a participação de Sérgio Gomes da Silva, o Sombra, no assassinato.

Winder afirmou ainda que o ex-prefeito foi torturado e teve parte de seu corpo queimada. Na opinião de Winder, o que ocorreu foi um desacerto no esquema de corrupção em Santo André, ou seja, Celso Daniel

concordava que o dinheiro arrecadado pela prefeitura para fazer caixa dois fosse enviado ao PT, mas quando soube que o dinheiro estava sendo desviado, e quis apurar tais desvios, foi assassinado.

### Quebra de sigilos

A CPI dos Bingos também aprovou ontem a quebra dos sigilos de Ademirson Ariovaldo da Silva, assessor especial do ministro Antonio Palocci.

## Tratamento contra Aids para brasileiro no exterior

Os parlamentares que integram a CPI Mista da Emigração Ilegal decidiram que vão conversar com o ministro da Saúde, Saraiva Felipe, para que os brasileiros que moram no exterior possam receber gratuitamente o coquetel de remédios utilizados no tratamento da Aids, como já ocorre no Brasil. Em reunião realizada ontem, também foi deliberado que a comissão deve ir a Vila Velha (ES), onde ouvirá presos acusados de agenciamento do tráfico de pessoas.

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ), presidente da comissão de inquérito, disse que a maioria dos brasileiros residentes em outros países não tem condições de comprar os medi-

camentos, que são muito caros. Outra providência que a comissão pretende tomar, para auxiliar os emigrantes e suas famílias, é articular a proposição de uma emenda ao Orçamento de 2006, incluindo recursos para a repatriação dos corpos de brasileiros falecidos fora do país.

Ao relatar viagem à cidade de El Centro, nos Estados Unidos, o deputado Neucimar Fraga (PL-ES) confirmou a existência de um cemitério onde estão enterrados quase 200 corpos, supostamente de brasileiros. A denúncia sobre esse cemitério foi feita pelo jornalista Alan Rodrigues, da revista *IstoÉ*, durante audiência pública da CPI, em setembro.

## Efraim culpa governo pela subutilização de hidrovias

Efraim Morais (PFL-PB) criticou o governo pelo descaso na gestão dos recursos hidroviários do país, que, a seu ver, estão subutilizados. Segundo o senador, essa é a modalidade de transporte com melhor relação custo-benefício para grandes quantidades de carga.

O Brasil, lembrou, dispõe de uma malha hidroviária substancial, e sua capilaridade, apelo paisagístico e pequeno impacto ambiental transfor-

mam a hidrovía em estímulo à indústria, ao comércio e ao turismo.

Segundo Efraim, dados da Administração da Hidrovía do Paraná indicam que, dos 40 mil quilômetros navegáveis, 28 mil são viáveis comercialmente, mas apenas 10 mil são, de fato, utilizados e, mesmo assim, aquém de sua capacidade. Por consequência, explicou, a carga é transportada por rodovia, aumentando o custo Brasil, devido à perda

de 30% da produção, quando usado esse meio de transporte.

– Relatório do Tribunal de Contas da União constatou que um comboio hidroviário de soja consegue transportar o equivalente a 900 caminhões – salientou.

Efraim Morais disse ainda que o TCU aponta falta de articulação entre os órgãos do setor, bem como falta de qualificação e treinamento de mão-de-obra.

## Renan abre Seminário Interlegis

O presidente do Senado, Renan Calheiros, e o diretor nacional do Interlegis, senador Efraim Morais (PFL-PB), farão a abertura do 4.º Seminário Nacional Interlegis, que começa hoje, em Maceió. O evento reunirá parlamentares e servidores de legislativos de todo o país para debater democratização, aprendizado e transparência das ações nas esferas federal, estadual e municipal.

No evento, que termina amanhã, será assinado protocolo de intenções técnico-cultural entre o Senado e a Assembléia Legislativa de Alagoas, para criar a Escola do Legislativo no estado.



Para Suassuna, cobrar direitos autorais sobre músicas inseridas em filmes prejudica cinema

## Suassuna pede fim de cobrança do Ecad

Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a votação do projeto que disciplina a autoria e a exibição de obras audiovisuais e cinematográficas, o PLS 532/03, na ordem do dia de ontem, mas não apreciado em razão da pauta trancada.

Em virtude de dubiedade da lei atual, explicou o senador, o Escritório Central de Arrecadação de Direitos Autorais (Ecad) vem tentando cobrar direitos autorais sobre obras musicais inseridas em filmes. Como cerca de 90% dos filmes exibidos no Brasil são estrangeiros, disse, está-se arrecadando dinheiro para ser remetido ao exterior.

Em aparte, César Borges (PFL-BA) afirmou que as salas de projeção nacionais não podem mais ser oneradas com a cobrança feita pelo Ecad.



Marco Maciel anuncia emenda individual ao Orçamento de R\$ 60 milhões para a obra

## Maciel cobra recursos para metrô do Recife

O senador Marco Maciel (PFL-PE) lamentou ontem que as obras de construção do metrô do Recife, que tiveram início há 25 anos, quando ele era governador do estado, não tenham recebido, em 2005, recursos do governo federal para sua finalização. Segundo o parlamentar, o governo saiu de uma postura de descaso para com as populações carentes para a “completa desconsideração”, uma vez que no Orçamento de 2006 não há previsão de recursos para o metrô.

Com o objetivo de superar o problema, Maciel apresentou emenda individual ao Orçamento 2006 no valor de R\$ 60 milhões.

## Teotonio lembra centenário de Heloísa Sampaio

Ao registrar da tribuna do Plenário que hoje será comemorado o centenário de Heloísa Costa Sampaio – viúva do ex-governador Juca Sampaio e mãe do ex-governador Geraldo Sampaio –, o senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) comunicou que participará, ao lado do presidente do Senado, Renan Calheiros, de uma grande festa que está sendo organizada em Palmeira dos Índios (AL).

– Heloísa podia ser princesa cercada de mimos e comodidades, mas escolheu ser guerreira de todos os desafios. Podia ser rainha de sua mansão e matriarca de nove filhos, 26 netos, 49 bisnetos e seis trinets, mas abdicou do título para se fazer rainha de sua própria liberdade – ressaltou Teotonio.

Senador chama de "ato terrorista" e de "intimidação ao poder público" o ataque a ônibus que provocou a morte de cinco pessoas e ferimentos em 12, no Rio de Janeiro

# Sérgio Cabral defende medidas duras contra traficantes do Rio

Ao classificar como ato de terrorismo e de intimidação ao poder público o ataque realizado por supostos traficantes a um ônibus, ocorrido na noite de terça-feira no Rio de Janeiro, o senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) solidarizou-se com os familiares dos cinco passageiros mortos e pediu a adoção de medidas duras por parte das forças de segurança pública.

Ele defendeu a intervenção e a execução de obras para modificar a situação geográfica atual das favelas.

– O poder público não pode se intimidar, tem que enfrentar os bandidos com todos os instrumentos



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Para Sérgio Cabral, obras devem assegurar o acesso às favelas, hoje verdadeiras fortalezas

possíveis. O povo do Rio não agüenta mais isso. Hoje em dia as favelas são verdadeiras fortalezas do crime

organizado. Elas são inacessíveis. A polícia não pode entrar. Temos que tomar medidas de planejamento urbano para facilitar o acesso. Não pode mais haver áreas proibidas como existem hoje – afirmou.

Além de cinco mortos, entre eles uma criança de dois anos e sua mãe, o ataque ao ônibus deixou 12 feridos. Segundo a imprensa fluminense, a polícia está analisando a hipótese de a agressão ter sido praticada por traficantes do Morro do Quitungo e do Morro da Fé. Eles teriam atado fogo ao veículo em represália à morte de um dos seus comparsas, que seria chefe do tráfico no Morro do Quitungo.

## Tebet pede investimentos na área social

Depois da reação indignada do senador Sérgio Cabral, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) cobrou mais investimentos federais na área social como forma de conter a violência urbana. Na sua opinião, não adianta fazer leis se continuam a existir lugares onde uma ambulância, um carro-pipa ou um caminhão de gás não entra sem autorização de bandidos.

– A bandidagem está vencendo o poder público. Está na hora de prio-

rizar o social e humanizar a vida dos que vivem nas favelas. Acho que a lei precisa ser aperfeiçoada, mas não é dessa maneira que vamos resolver os problemas do Brasil – avaliou o parlamentar.

O apelo de Tebet foi endossado por Sérgio Cabral, que, mais que recursos em segurança pública, afirmou que a população necessita de educação, habitação, saneamento básico e acessibilidade.



Ramez Tebet acredita que humanização da vida nas favelas pode reduzir violência urbana

## Paim quer regulamentar direito a creche

O senador Paulo Paim (PT-RS) espera que seja votado na próxima semana pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) projeto de lei de sua autoria que regulamenta dispositivo constitucional para assegurar assistência gratuita em creches e pré-escolas a filhos e dependentes de trabalhadores urbanos e rurais de zero a seis anos.

A matéria (PLS 298/03) aguarda parecer favorável da relatora, senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Heloísa Helena (PSOL-AL), autora de proposta de emenda à Constituição (PEC 40/00) que garante acolhimento obrigatório e gratuito de crianças de zero a seis anos no ensino público, elogiou a preocupação de Paim.



Autor do projeto que garante creches para filhos de trabalhadores, Paim pede votação

## Antero acusa juiz de ameaçar jornal de MT

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) acusou ontem o juiz Julier Sebastião da Silva de cercear a liberdade de imprensa e de tentar impedir a divulgação de denúncias de uso de recursos não declarados à Justiça na campanha eleitoral do PT para a prefeitura de Cuiabá, no ano passado. Apesar de reconhecer os méritos de Julier, Antero afirmou que o juiz “não vacila em usar a toga em favor do PT e de seus candidatos”.

Segundo Antero, uma das vítimas das ações de Julier é o jornal mato-grossense *A Gazeta*. E um exemplo dessa perseguição seria a ameaça de abertura de inquérito contra a direção do jornal, que denunciou o uso de caixa dois pelo PT durante a campanha de Alexandre Cesar à prefeitura de Cuiabá.

Antero lembrou já ter apresentado uma queixa-crime contra o juiz por calúnia, injúria e difamação.



Antero observa que já apresentou queixa-crime contra Julier por calúnia, injúria e difamação



Segundo Flexa Ribeiro, Danilo Remor tem o reconhecimento do Pará, da Amazônia e do Brasil

## Flexa Ribeiro lamenta morte de empresário

O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou em Plenário a morte do presidente da Federação das Indústrias do Pará e vice-presidente da Confederação Nacional da Indústria, Danilo Remor. Juntamente com Luiz Otávio (PMDB-PA), assinou requerimento pedindo o envio de voto de pesar à família.

Flexa Ribeiro afirmou que Danilo Remor tem o reconhecimento do Pará, da Amazônia e de todo o Brasil, e elogiou o empresário como pai de família e líder da classe, “por ser conciliador, articulado e respeitado nos segmentos empresariais, políticos e entre os trabalhadores”.

## Oscar Dias Corrêa recebe homenagem

Vários senadores discursaram em Plenário para homenagear o acadêmico mineiro, ex-deputado federal e ex-ministro do Supremo Tribunal Federal Oscar Dias Corrêa, que faleceu na manhã de ontem. O Senado enviará votos de pesar à família do jurista, à Academia Brasileira de Letras e à Academia Mineira de Letras.

Marco Maciel (PFL-PE) destacou o “grande espírito público” de Oscar Dias Corrêa. O líder do PFL, José Agripino (RN), lembrou que Oscar Dias Corrêa foi “acima de tudo referência de dignidade”. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, a publicação dos discursos do ex-deputado proferidos no Parlamento.

Especialistas avaliam que iniciativas propostas pelo senador Mozarildo Cavalcanti já estão contempladas em programas do governo federal



Ana Júlia Carepa (C) preside audiência ao lado de representantes de diversos órgãos chamados a opinar sobre programa

## Comissão debate programa agrícola para fronteira Norte

Participantes da audiência pública realizada ontem pela Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) sobre projeto que institui o Programa Agrícola Fronteira Norte afirmaram que as iniciativas sugeridas pelo projeto já estão contempladas em programas do governo, entre eles o Programa Amazônia Sustentável (PAS), de 2003. Para os especialistas, embora a iniciativa do autor, senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), seja meritória, o projeto poderá vir a fragmentar as ações desenvolvidas na região, impedindo que os objetivos sejam alcançados.

Lúcia Vânia (PSDB-GO), relatora do projeto, não concordou com essa opinião. A senadora

argumentou que a proposta (PLS 153/02) visa organizar os programas já existentes para que haja articulação entre os órgãos governamentais e seja possível avaliar os resultados. A secretária de Programas Regionais e Programas de Desenvolvimento de Faixas de Fronteira do Ministério da Integração Nacional, Laís Costa, disse que os objetivos, as ações e a abrangência do programa devem ser bem definidos.

### Soberania

O diretor de Programas para as Regiões Norte e Centro-Oeste do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Raimundo Lima, observou que o projeto de lei apresentado tem importância pela proposta de inte-

gração entre os diversos ministérios e entidades que trabalham na Amazônia. A coordenadora-geral de Desenvolvimento Regional da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa), Eliany Maria de Souza Gomes, concorda com Raimundo Lima sobre a necessidade de ações integradas na Amazônia para assegurar a soberania da região.

O grande desafio, segundo o assessor especial do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Manoel Valdomiro Francalino da Rocha, é administrar os abundantes recursos naturais para evitar críticas externas quanto ao descuido e à destruição causada pelos brasileiros ao meio ambiente.

## Ana Júlia: relatório final da CPI da Terra é "uma vergonha"

Em discurso no Plenário, ontem, Ana Júlia Carepa (PT-PA) criticou o relatório final aprovado na véspera pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da Terra.

A senadora considerou o voto em separado do deputado Abelardo Lupion (PFL-PR), aprovado pela comissão, "uma vergonha que diminui o Congresso frente aos brasileiros".

– Nos curvamos ao preconceito e ao conservadorismo – disse.

Ana Júlia classificou como "vergonhosa" a sessão que depois de dois anos de funcionamento deu fim aos trabalhos da CPI. O voto em separado de Lupion, representante dos ruralistas, derrotou o documento proposto pelo relator da comissão, deputado João Alfredo (PT-CE).

Para a senadora, o voto em separado não reflete a gravidade da questão agrária no Brasil e, com sua aprovação, a comissão negou-se a dar uma contribuição à reforma agrária e a enxergar a realidade "que temos o dever de mudar".

Ana Júlia destacou ainda que o relatório de João Alfredo retratou fielmente os trabalhos da CPI.

## Governos Lula e FHC têm culpa na morte de sem-terra, diz Heloísa



Heloísa Helena aponta ausência de uma política agrária como causa das disputas por terras

Heloísa Helena (PSOL-AL) responsabilizou ontem os governos de Fernando Henrique e Lula pelo assassinato do líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Jaelson dos Santos, ocorrido na terça-feira, em Alagoas. Ela considera que a falta de uma

política agrária faz com que se acirrem as disputas por terras no meio rural, que levam à ocorrência de crimes desse tipo. A senadora relatou que Jaelson dos Santos foi morto com cinco tiros na cabeça, em Atalaia (AL). Segundo Heloísa, pequenos e médios produtores rurais estão perdendo suas propriedades para as execuções de crédito. Como o governo não cumpre a lei ao não desapropriar as terras improdutivas para fazer a reforma agrária, cria-se uma guerra no campo, disse a senadora.



Aelton resalta medidas de prevenção adotadas pelo governo de Minas Gerais

## Aelton elogia ações de Minas contra a aftosa

As medidas adotadas pelo governo de Minas Gerais na prevenção do surgimento de focos de febre aftosa no estado receberam ontem elogios de Aelton Freitas (PL-MG). O senador considerou que talvez tenha faltado ao governo federal a percepção da importância do investimento em defesa sanitária animal. Ele registrou também sua satisfação pelos planos de expansão de produção dos pecuaristas do estado.

Segundo Aelton, os proprietários de rebanhos das regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Sul, Sudoeste e Noroeste do estado estão atualizando o cadastro de todos os animais para antecipar o início do processo de vacinação do rebanho estadual.



Osmar Dias: presidente deve aprender com conclusões de fórum do Paraná

## Osmar pede atenção de Lula a documento

Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ao presidente Lula que ele leia, reflita e aprenda com o documento que receberia na noite de ontem em Curitiba (PR), no encerramento do Fórum Futuro 10 Paraná. O evento, uma iniciativa da Rede Paranaense de Comunicação/Gazeta do Povo em parceria com outras 11 instituições, reuniu, desde julho, 5.070 representantes empresariais, sociais e políticos para debater idéias para o desenvolvimento do estado.

O fórum teve oito encontros regionais nas principais cidades do estado. Segundo Osmar Dias, um dos objetivos foi ouvir a sociedade para traçar um plano estratégico integrado para o desenvolvimento do Paraná.

## Inclusão de produtoras de teatro no Simples será discutida com o governo

A possibilidade de inclusão de empresas produtoras de teatro no Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições (Simples) será debatida entre representantes do setor e o governo. O compromisso foi assumido ontem pelo secretário de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, Hélcio Tokeshi, durante audiência pública sobre o tema realizada pela Subcomissão de Cinema, Teatro e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE).

O produtor de espetáculos está proibido de optar pelo Simples por um dispositivo da lei que engloba ainda profissionais liberais como atores, cantores, médicos, dentistas,

engenheiros, arquitetos e economistas.

– O produtor teatral não é um ator ou cantor, mas sim o empresário que contrata o ator e o cantor. A retirada dele dessa lista de exclusões poderá ser uma contribuição efetiva para a produção cultural do país – disse o presidente da subcomissão, Sérgio Cabral (PMDB-RJ).

Sobre o contingenciamento dos recursos do Ministério da Cultura, especialmente para o setor de artes cênicas, representantes do teatro não demonstraram entusiasmo diante da informação dada pelo secretário de Políticas Culturais, Sérgio Sá Leitão, de que será lançado em breve um edital de R\$ 16 milhões destinados ao setor.



Atriz Zezé Mota (2ª à dir.) participa do debate sobre problemas do teatro no país

Comissão de Justiça aprova medidas de interesse do cidadão e da administração pública, além de projetos que visam aprimorar o processo civil



**Iniciativa de Crivella aprimora ações de prevenção e repressão a ilícitos na administração pública**

## Mais rigor na apuração de improbidade

A comissão processante criada para apurar ato de improbidade administrativa de agentes públicos terá prazo de dez dias, após sua constituição, para informar ao Ministério Público (MP) e ao Tribunal ou Conselho de Contas sobre a existência do processo administrativo, sob pena de responsabilidade civil solidária de seus integrantes.

É o que estabelece projeto (PLS 420/03) de autoria do senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) aprovado ontem, em votação conclusiva, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

A proposta, que altera dispositivo da Lei de Combate à Improbidade Administrativa (Lei 8.429/92), determina ainda que, caso o ato envolva a aplicação de recursos da União por estado ou município, a comunicação deverá ser feita também ao Congresso Nacional e à Controladoria Geral da União (CGU), para a adoção das medidas cabíveis.

Pela atual legislação, não há prazo para que a comissão processante dê conhecimento da instauração do processo administrativo aos órgãos competentes e não há sanção caso ela não informe a existência do processo. O relator, senador José Maranhão (PMDB-PB), observa que a medida aprimora as ações de prevenção e repressão à improbidade administrativa.

Ele destaca que o projeto define de forma mais consistente o papel da comissão processante como instrumento de apuração.

# Prescrição das dívidas de serviços públicos poderá cair para um ano

Com a finalidade de desobrigar o usuário de serviços públicos continuados a guardar recibos por tempo excessivo, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem projeto de lei do senador César Borges (PFL-BA) limitando em um ano o prazo prescricional para a cobrança de dívidas oriundas de serviços públicos, urbanos e rurais.

A proposta (PLS 366/04) acrescenta um artigo ao Código de Defesa do Consumidor, para limitar a obrigação dos usuários de energia elétrica, telefonia, gás canalizado e saneamento de guardar os recibos da prestação desses serviços. Atualmente, essa obrigação é de cinco anos.

Em seu parecer favorável, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) argumenta que a diminuição do prazo prescricional estimulará a eficiência dos empreendedores de serviços públicos, assegurando maior previsibilidade e transparência de contraprestações devidas ao consumidor.

### Centro-Norte

A CCJ acolheu, também, o Projeto de Lei Complementar 138/02, que autoriza o Executivo a instituir, para efeitos administrativos, a região do complexo geoeconômico e social denominada Corredor Centro-Norte de Desenvolvimento, visando reduzir as desigualdades regionais.

Conforme a proposta, a abrangência

do corredor corresponderá aos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Distrito Federal, em sua totalidade; o estado de Goiás, na área acima do paralelo 16; o sudeste do Pará; e o nordeste de Mato Grosso. O relator, Edison Lobão (PFL-MA), acatou emenda de Luiz Otávio (PMDB-PA) incluindo parte do nordeste do Pará.

Outro projeto aprovado pela Comissão de Justiça foi o PLS 130/02, de Edison Lobão, que dispõe sobre a revitalização do rio Itapecuru. A obra deverá ser efetuada pelo governo federal, por meio do Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o governo do Maranhão e entidades da sociedade civil.



**Conforme projeto de Mercadante, remédios serão fornecidos pelas farmácias e drogarias**

## Medicamentos gratuitos para as pessoas carentes

Os medicamentos essenciais ao tratamento de pessoas carentes passarão a ser distribuídos gratuitamente pelas farmácias e drogarias comerciais, devendo o Sistema Único de Saúde (SUS) fazer o ressarcimento. A medida está prevista em substitutivo do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a projeto de Aloizio Mercadante (PT-SP) aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O substitutivo à proposta (PLS 111/03) incorpora parte de projeto (PLS 210/02) do então senador Mauro Miranda que visava obrigar o SUS a distribuir leite em pó aos filhos de portadoras do HIV ou doentes de Aids, até que completem dois anos.

Tourinho acolheu emenda apresentada por Mercadante para considerar pessoas carentes aquelas integrantes do Cadastro Único dos Programas Sociais da União, habilitados a receber o benefício do Programa Bolsa-Família, ou de programas de transferência de renda que venham a substituí-lo. As pessoas idosas e portadoras de deficiência que recebem benefício de prestação continuada (BPC) também serão beneficiadas.

Os medicamentos só serão entregues aos interessados, pelas farmácias, se prescritos por profissionais habilitados e desde que o SUS esteja incapacitado de fornecê-los. O projeto será votado ainda em turno suplementar e, se aprovado, seguirá para o exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

## Comissão votará na quarta-feira a recriação da Sudene

O senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) apresentou ontem à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania parecer favorável ao projeto de lei complementar que recria a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene). Como houve pedido de vistas pelos senadores José Jorge (PFL-PE), Sibá Machado (PT-AC) e Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente do colegiado, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), decidiu marcar a votação da proposta para a próxima quarta-feira, como primeiro item da pauta.

O projeto integra a pauta de prioridades definida pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, para votação até o fim do ano. Já aprovada pelos deputados, a iniciativa do Executivo chegou à Casa em agosto de 2004.



**Jereissati conversa com Antonio Carlos na reunião em que apresentou o parecer favorável**

Na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), a matéria recebeu, dia 10, parecer incorporando 11 emendas, entre elas a que cria o BNBPar – banco de investimentos, a ser operado pelo

Banco do Nordeste, com atuação no mercado de capitais para captar recursos destinados a projetos na região da Sudene. A matéria também será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos.

## Projeto aprovado torna mais rápido o recebimento de débitos na Justiça

A sentença condenatória relacionada ao pagamento de obrigações de quantia certa poderá ter força executiva, deixando, assim, de exigir que o cidadão entre novamente com ação na Justiça para cobrar dívidas já reconhecidas em processo de conhecimento – fase na qual se discute o mérito da matéria.

Projeto de lei nesse sentido (PLC 52/04), de autoria do Poder Executivo, e já aprovado na Câmara, recebeu, ontem, parecer favorável na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e vai agora ao Plenário.

O relator, senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), destaca que a proposta modifica dispositivos do Código de Processo Civil (CPC) para acabar com a separação entre duas ações, uma para reconhecer o direito do credor e a outra para garantir o pagamento da dívida.

## Petição inicial deve ser indeferida se contrariar súmula do STF

Projeto de lei do senador Pedro Simon (PMDB-RS) que amplia as hipóteses de indeferimento da petição inicial, quando o pedido estiver em confronto com súmula do Supremo Tribunal Federal (STF), foi aprovado ontem, em decisão terminativa, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta (PLS 134/04) teve origem em sugestões da Associação Brasileira dos Magistrados (AMB).

A CCJ aprovou na mesma reunião parecer do senador Alvaro Dias (PSDB-PR) a projeto (PLS 106/04) da senadora Roseana Sarney (PFL-MA) que regula a concessão de incentivos destinados a viabilizar o desenvolvimento cultural e socioeconômico, o bem-estar da população e a autonomia tecnológica do país, previstos nos artigos 218 e 219 da Constituição brasileira.

Queda em 1,2% do PIB brasileiro no último trimestre provoca críticas de opositores à política econômica em vigor

## Senadores debatem causas da queda do PIB

A retração da economia brasileira no último trimestre – julho a setembro –, com a queda do produto interno bruto (PIB) em 1,2%, conforme divulgou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dominou os pronunciamentos, ontem,

no Plenário. Senadores da oposição, Arthur Virgílio, José Agripino, Tasso Jereissati e César Borges atribuíram essa redução no crescimento à política econômica adotada pelo governo, com alta taxa de juros, manutenção de superávit fiscal para pagamento da dívida e

dependência do mercado externo, além de falta de harmonia no governo. Para a oposição, a política econômica em vigor encarece investimentos e inibe o mercado interno. A senadora Iris de Araújo pediu mais ousadia no corte dos juros.

Iris de Araújo



### "É preciso mais ousadia no corte dos juros"

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) reclamou da política de juros praticada pelo governo e pediu mais ousadia no corte das taxas. Ela argumentou que os juros altos prejudicam a economia porque inibem o consumo, afetam a produção e provocam o aumento do desemprego.

Iris de Araújo pediu que a taxa de juros, definida mensalmente pelo Comitê de Política Monetária (Copom), seja reduzida de forma mais rápida. A seu ver, os cortes de meio ponto percentual, ocorridos nos últimos meses, são decepcionantes.

– O monstro da inflação já perdeu muito da sua fúria, mas ele se torna bode expiatório para manter os juros na estratosfera.

Iris de Araújo justificou suas críticas com a divulgação, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, da queda em 1,2% do produto interno bruto brasileiro no terceiro trimestre do ano em relação ao trimestre passado. Em aparte, Almeida Lima (PMDB-SE) disse que a política de juros do governo "representa uma lógica perversa que procura frear o crescimento para obter reservas e pagar a dívida".

Arthur Virgílio



### "Uma drástica desaceleração na economia"

Para o líder do PSDB, Arthur Virgílio Neto (AM), o resultado negativo do produto interno bruto revela uma drástica desaceleração da economia brasileira. O parlamentar lamentou que a expansão do PIB nos últimos quatro trimestres tenha alcançado 3,1%.

Na sua opinião, a economia precisaria apresentar um desempenho excepcional, com grandes e súbitos recordes de produção, para a taxa subir nos próximos três meses.

– É bom lembrar que, no último trimestre de 2004, o PIB cresceu 5,9%, contra igual trimestre de 2003 – o melhor resultado do indicador numa série recente. É esse resultado que teria que ser batido por expansão do PIB no último trimestre de 2005 – argumentou.

Segundo Virgílio, outros elementos analisados no levantamento feito pelo IBGE também causam preocupação. O senador advertiu que, a exemplo do que ocorreu no setor agropecuário, a indústria pode sofrer perda de dinamismo.

O parlamentar tucano criticou ainda a dependência da economia brasileira do desempenho da economia mundial.

José Agripino



### "Altas taxas inibem mercado consumidor"

Ao comentar a retração da economia no terceiro trimestre deste ano, o senador José Agripino (RN), líder do PFL, criticou a política monetária do governo, sustentando que as altas taxas de juros "encarecem o investimento e inibem o mercado consumidor".

O senador reconhece que as taxas de juros são uma forma legítima de se controlar a inflação, mas como ressaltou, "não era necessário utilizar um remédio tão amargo, pois não se cura a febre quebrando o termômetro".

Agripino lembrou que as altas taxas de juros levaram ao aumento da dívida pública, que, disse, já se aproxima de R\$ 1 trilhão. "Como se pode equilibrar a relação entre dívida pública e PIB, algo tão enfatizado pelo governo, se essa dívida está crescendo e o PIB está diminuindo?", indagou.

Para o senador, a adoção de juros altos tem produzido uma taxa de câmbio irreal. "O dólar não poderia estar cotado a cerca de R\$ 2,20. Isso prejudica o setor exportador", protestou. O parlamentar disse que a queda do PIB gera o desemprego e também desprestígio para o ministro Antonio Palocci.

Tasso Jereissati



### "País jogou fora a oportunidade de crescimento"

O senador Tasso Jereissati alertou que, com a queda do PIB, não há mais como o Brasil recuperar as perdas econômicas dos últimos quatro anos, que foram os de maior crescimento e prosperidade mundial.

– O Brasil ficou para trás, jogou fora a oportunidade e não desfrutou essa prosperidade – disse.

O senador observou que, no mesmo trimestre, o PIB dos Estados Unidos cresceu 4,7%, o que deixa a distância em termos de desenvolvimento econômico entre os dois países ainda maior. Jereissati apontou, entre os fatores que levaram ao mau resultado econômico, os juros altos, a "falta de harmonia" no governo federal, as divergências públicas no Executivo e a ambigüidade do presidente com sua equipe, o que estimula diferenças.

– Essa situação não transmite ao agente econômico a confiança necessária para que haja investimento e isso é um elemento essencial para o crescimento econômico – afirmou.

Ele acredita que o país vive uma paralisia geral e criticou a falta de investimentos públicos e de clareza sobre projetos futuros de governo.

César Borges



### "Política em vigor só é boa para os bancos"

Na opinião do senador César Borges (PFL-BA), a retração da economia brasileira registrada entre julho e setembro "coloca na berlinda a política econômica conduzida por Antonio Palocci".

– Essa política econômica privilegia apenas o superávit primário, o qual tem sido obtido por meio de altas taxas de juros e da inibição dos investimentos – assegurou.

César Borges ressaltou que, se no ano passado o produto interno bruto (PIB) do país aumentou cerca de 4%, neste ano corre o risco de crescer apenas 2,5%, "ou seja, a metade da média do crescimento de todos os outros países emergentes".

Para o senador, além de equivocada, a política econômica adotada pelo governo é "danosa e suicida, e está sacrificando o país". A seu ver, ela só é boa para o mercado financeiro, que nem precisa emprestar mais para os produtores; basta emprestar para o governo.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou existirem indícios de que este ano a economia terá uma expansão maior que 2,5%.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Leonel Pavan destaca emenda de sua iniciativa que beneficia agricultores do Sul do país

### Pavan defende agricultores familiares

Em nome da liderança do PSDB, o senador Leonel Pavan (SC) solicitou ao presidente do Senado, Renan Calheiros, urgência na tramitação do projeto de lei do Senado que autoriza o alongamento de dívidas de agricultores familiares.

Ele disse que o relator acatou emenda de sua autoria e de Osmar Dias (PDT-PR) para que incluísse a região Sul entre os beneficiários. Em apertes, foi apoiado por César Borges (PFL-BA), Ney Suassuna (PMDB-PB) e Heloísa Helena (PSOL-AL).



Para Tourinho, novo modelo tributário provocou impacto na economia dos estados

### Tourinho apóia reivindicação de governadores

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considerou legítimo o pleito dos governadores para compensação aos estados pelas perdas na arrecadação de ICMS devido às isenções da Lei Kandir a produtos exportados. Ele elogiou Renan Calheiros por estar "firmemente empenhado" na defesa dos direitos dos estados.

– Naturalmente, com a implantação da Lei Kandir, o novo modelo tributário por ela instituído provocou grave impacto na receita do ICMS, com perdas significativas para as unidades federadas – disse Borges.